FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ANTONIA DA SILVA SOUSA
ELIANE NUNES DA SILVA
GARDENIA DE SOUSA GOMES
MARIA DO ROSARIO BIZERRA VIEIRA FILHA

A RELAÇÃO FAMÌLIA E ESCOLA: uma análise das experiências relativas ao processo educativo vivenciadas durante o estágio na escola Luz do Saber.

Chapadinha
2014

ANTONIA DA SILVA SOUSA
ELIANE NUNES DA SILVA
GARDENIA DE SOUSA GOMES
MARIA DO ROSARIO BIZERRA VIEIRA FILHA

A RELAÇÃO FAMÌLIA E ESCOLA: uma análise das experiências relativas ao processo educativo vivenciadas durante o estágio na escola Luz do Saber.

Monografia apresentada à Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Esp**.** Adriana Rodrigues Cunha.

Chapadinha
2014

Sousa, Antonia da Silva.

Relação família e escola: uma análise das experiências relativas ao processo educativo vivenciadas durante o estágio na escola Luz do Saber/Antonia da Silva Sousa; Eliane Nunes da Silva; Gardênia de Sousa Gomes; Maria do Rosário Bezerra Filho. _Chapadinha, 2014.

62 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2014.

1. Família 2. Escola. 3. Aprendizagem I. Silva, Eliane Nunes da II. Gomes, Gardênia de Sousa III. Bezerra Filha, Maria do Rosário. IV. Título.

CDU 371.13(812.1)

ANTONIA DA SILVA SOUSA
ELIANE NUNES DA SILVA
GARDENIA DE SOUSA GOMES
MARIA DO ROSARIO BIZERRA VIEIRA FILHO

A RELAÇÃO FAMÌLIA E ESCOLA: uma análise das experiências relativas ao processo educativo vivenciadas durante o estágio na escola Luz do Saber.

Monografia apresentada à Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em _____ /_____ /_____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Adriana Rodrigues Cunha (Orientadora)
Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP

_____

Karla Myllena de Aquino Gomes
Especialista em Psicolinguística
Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP

_____

Prof. Esp. Silvana da Silva Cardoso
Especialista em Gerência de Recursos Humanos
Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por nos ter dado oportunidade de concluir este trabalho de grande importância.

Agradecemos aos nossos pais e filhos pelo apoio incondicional nesta árdua tarefa e a todos os professores que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o nosso bom desempenho.

Agradecemos a todas as pessoas que nos deram força, compreensão e sabedoria, pois muitos obstáculos se fizeram presentes nesta caminhada, mas, com o incentivo recebido, conseguimos superá-los com muita fé e coragem.

RESUMO

A relação família e escola é fator fundamental no processo de aprendizagem do aluno. Nesse sentido, faz-se necessário que ambas as instituições compartilhem as responsabilidades quanto ao desenvolvimento integral do sujeito, uma vez que essa parceria exerce grande influência no aprendizado da criança. A família e a escola devem trabalhar juntas em prol da formação do sujeito para a vida social. O presente trabalho objetiva analisar como ocorre o envolvimento da família no convívio escolar, identificando como a família vem contribuindo na formação dos seus filhos na Escola Luz do Saber que pertence à rede municipal de ensino de Chapadinha - MA. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. Utilizou-se, como metodologia, observações das relações família e escola na escola - campo e realização de entrevistas semiabertas junto à gestora, supervisora, professoras, pais e alunos. O estudo fundamentou-se em autores, como Oliveira (2005), Dessen e Polonia (2014b), Moll (2009) dentre outros. Para compreender a importância da relação entre essas instituições nesta escola, foram abordadas questões imprescindíveis para o estudo, tais como: a relação família e escola; a parceria entre elas; a família e a escola como grupos sociais que influenciam no rendimento escolar dos alunos; a função da família; os tipos de família; a função da escola; e a análise fundamentada na experiência vivida.

Palavras-chave: Família. Escola. Aprendizagem.

ABSTRACT

The family and school relationships is a key factor in student's learning process. In this sense, it is necessary that both institutions share responsibilities as the full development of the subject, since this partnership has great influence in the child's learning. The family and the school must work together towards the formation of the subject for social life. This paper aims to analyze how family involvement in school life occurs, identifying how the family has contributed in training their children in the Luz do Saber School that belongs to the municipal school Chapadinha-MA. To this end, we carried out a qualitative research case study type. Was used as a methodology, observations of family and school relationships in school-field and conducting semi-open interviews with the manager, supervisor, teachers, parents and students. The study was based on authors such as Oliveira (2005), Dessen and Polonia (2014b), Moll (2009) among others. To understand the importance of the relations hip between these institutions in this school were addressed essential to study such issues as: family and school relationships; the partnership between them; family and the school as social groups that influence student achievement; the function of the family; family types; a school function; and grounded in lived experience analysis.

Keywords: Family. School. Learnig.

LISTA DE SIGLAS

ANDE	-	Associação Nacional de Professores do Ensino Superior
CNTE	-	Confederação dos trabalhadores da Educação
CPB	-	Confederação dos trabalhadores do Brasil
FENASE	-	Federação Nacional de Supervisores de Ensino
FENOE	-	Federação Nacional de Orientadores Educacionais
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
ECA	-	Estatuto da criança e do Adolescente
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	-	Projeto-Político-Pedagógico
SEMED	-	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**	8
2	**CONCEITO DE FAMÍLIA**	10
2.1	**Diferentes arranjos familiares**	12
2.2	**Nuclear**	12
2.2.1	Família monoparental	12
2.2.2	Família extensa	13
2.3	**As funções da família**	15
3	**CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**	18
3.1	**Retrospectiva histórica da educação**	20
3.2	**Legislação voltada para a educação**	24
4	**A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA**	28
4.1	**Retrospectiva histórica do contexto familiar**	32
4.2	**PARCERIAS ESCOLA E FAMÍLIA:** possibilidades na construção de sujeitos participativos	35
4.3	**Família e escola como fatores que influenciam no rendimento escolar dos alunos**	39
5	**METODOLOGIA**	42
5.1	**Tipos de pesquisa**	42
5.2	**Universo e amostra**	42
5.3	**Instrumento de coleta de dados**	42
6	**DADOS GERAIS DA ESCOLA-CAMPO**	44
7	**ANÁLISE DA ESCOLA PESQUISADA**.....	46
8	**CONCLUSÃO**	55
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, com a consolidação da educação escolar obrigatória, mudanças constantes ocorreram na relação entre a família e a escola. E, apesar das críticas a essa relação, as instituições escolares procuram trabalhar em parceria com a família, a fim de proporcionar melhor entendimento e estimular a participação na vida escolar de seus filhos, trazendo para eles uma forma de demonstrar a preocupação dos pais pelo seu futuro.

Nesse sentido, o presente trabalho foi motivado pelas preocupações com as dificuldades que a escola encontra para aproximar a família ao ambiente escolar. Na análise deste problema, houve um interesse especial para saber o que realmente acontece para haver tantas discussões que, muitas vezes, são divergentes e contraditórias e que resultam em práticas e discursos vazios de conteúdo.

A aproximação com a temática da relação família e escola se deu a partir de observações feitas em sala de aula e ao longo da formação acadêmica. A carência percebida da participação da família na escola despertou o interesse em compreender o motivo pelo qual a aproximação efetiva da família na escola é ainda tímida.

O trabalho está fundamentado em algumas concepções teóricas sobre a relação família e escola, entre as quais se destacam as produzidas pelos seguintes autores: Oliveira (2005), Dessen e Polonia (2014b), Moll (2009) dentre outros.

Em seguida a pesquisa de campo que se empreendeu de cunho qualitativo, pelo fato de se desejar conhecer com mais profundidade a relação da família com a escola no município de Chapadinha - MA, bem como compreender o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Por esse motivo, iniciou-se em 02 de abril de 2013 o estudo de caso. A partir da observação de campo, deu-se continuidade com as entrevistas realizadas junto à gestora, supervisora, professoras, pais e alunos que atuam na escola Luz do Saber[1] da rede municipal de ensino de Chapadinha - MA, analisando-se seus depoimentos.

Diante da temática em questão, surgiram as seguintes inquietações: Como o convívio da relação família e escola influencia no processo educativo da Escola Luz do Saber? Qual a importância da relação família e escola?.

Configurou-se, como principal objetivo da pesquisa, a análise de como

[1]Nome fictício para resguardar a identidade da escola-campo.

corre o envolvimento da família no convívio escolar, identificando como a família vem contribuindo na formação dos seus filhos.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: inicialmente, de caráter introdutório, faz-se uma breve apresentação dos objetivos e percurso da pesquisa. No segundo capítulo, buscou-se fazer uma sucinta abordagem histórica da relação família e escola. Em seguida, abordou-se a parceria família e escola; consequentemente apresenta-se a família e escola como fatores que influenciam no rendimento escolar dos alunos; a função da família; e os tipos de família. Comenta-se ainda sobre a função da escola. Além disso, aborda-se os dados gerais da escola campo e a análise fundamentada da experiência vivida. Por fim, apresenta-se mais algumas considerações acerca do tema pesquisado, a fim de que se perceba a importância da participação da família na escola.

2 CONCEITO DE FAMÍLIA

Segundo Fernandes (2014), vários conceitos com relação à família foram adotados ao longo dos anos, ou seja, cada época era marcada por um determinado conceito no qual foi influenciado por questões políticas, econômicas e sociais, porém, o mais conhecido conceito, seria o de que a família é constituída por membros que tem laços de sangue.

Desse modo, Fernandes (2014) ressalta que:

> Um conceito mais atualizado é aquele em que se afirma ser a família constituída por um grupamento de pessoas organizado através de regras culturalmente elaboradas em conformidade com modelos de comportamento. A entidade familiar está disposta em uma estruturação psíquica em que cada um ocupa um lugar e possui uma função (pai, mãe ou filho), sem, no entanto, estarem necessariamente ligados por laços sanguíneos.

Percebe-se que, mesmo com algumas mudanças ocorridas no tempo e na sociedade, ainda permanece o conceito de que a família é constituída por um grupo de pessoas as quais precisam respeitar algumas regras, a fim de manter a ordem e a boa convivência no mesmo ambiente. Porém, essa estrutura mudou no sentido de que nem sempre a pessoa que hoje ocupa o lugar de pai ou de mãe tenha realmente algum parentesco.

De acordo com Dessen e Polônia (2014a), a família é o primeiro grupo social do indivíduo e exerce a função de mediadora da cultural[1], garantindo aos seus membros a transmissão de valores construídos em diferentes épocas, passando de geração para geração. Dessen e Polônia (2014a), no que diz respeito à concepção de família, enfatizam que:

> É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades.

Compreende-se que a família é a primeira instituição educadora na qual repassa aos seus membros conhecimentos apreendidos em seu meio, e esses são repassados aos membros mais novos, a fim de manter os costumes de sua cultura

Quanto ao conceito de família, Faco e Melchiori (2009, p. 2) afirma que:

> A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania,

[2]Culturaé um conjunto de características humanas que são adquiridas, preservadas ou aprimoradas por meio da comunicação, da interação dos indivíduos na sociedade. (QUEIROZ, 2003, p. 76).

> possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando.

Constata-se que a família concebe-se em um lugar onde parte dos conhecimentos adquiridos e carregados pelo individuo são construídos nele, independentemente de sua estrutura ou condição social. A família é, portanto, responsável não só por passar valores para seus membros, mas também em dá o sustento necessário à sua sobrevivência. Dessen e Polônia (2014a) argumentam que:

> Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

No âmbito familiar, o sujeito desenvolve suas relações afetivas, sociais e intelectuais, considerando que é nesse contexto que o sujeito aprende a maior parte de seus conhecimentos. Portanto, a família é a base de todo conhecimento adquirido pelo sujeito tanto individual quanto coletivamente. Fernandes (2014) enfatiza que:

> O intervencionismo estatal sempre esteve presente na conceituação do instituto, que, até meados do século XVIII, só era aceito socialmente como fruto do casamento, uma espécie de convenção social para organizar os vínculos entre as pessoas. A própria organização da sociedade dá-se em torno da estrutura familiar, e não em torno de grupos outros ou de indivíduos em si mesmos. A sociedade, em determinado momento histórico, institui o casamento como regra de conduta.

Em síntese, a sociedade sempre sofreu influências do Estado nas questões políticas, econômicas e sociais, portanto, durante muito tempo a organização familiar, ou seja, a união do homem e da mulher só era permitida com o casamento, impondo assim a regra de que, sob nenhuma outra condição, era aceita a união de duas pessoas sem oficializá-la por meio do matrimônio. Dessen e Polônia (2014a) afirmam que:

> É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa.

Compreende-se, portanto que as mudanças que ocorrem no ambiente familiar são influenciadas pelo que acontece na sociedade e vice versa, ou seja, o que acontece na sociedade é também consequência da educação familiar, porém, a maneira como as pessoas reagem na sociedade são influenciadas pela educação que

recebem em outras instituições, como, por exemplo, a escola. Portanto, todos os grupos sociais sofrem influências uns dos outros.

Conforme Fernandes (2014), a família, a cada época, estrutura-se de maneira diferente, ou seja, as questões econômicas, políticas e sociais influenciam diretamente a organização familiar, revelando-se, assim, o tipo de família para cada tempo e com elas as regras de comportamento.

2.1 Diferentes arranjos familiares

Sabe-se que, quando se reporta à família, refere-se naturalmente a um grupo de pessoas e sua organização, ou seja, a relação que esses sujeitos tem e qual o seu papel. Por isso, tratando-se da organização familiar, ela pode se configurar das seguintes formas: família nuclear ou conjugal e a família extensa.

2.2 Nuclear

A família nuclear refere-se àquela família constituída por poucas pessoas, inclusive nos dias atuais. Por consequência das várias mudanças que ocorrem a todo instante, é uma organização familiar comum, diferente de épocas passadas, em que as famílias eram bastante extensas, ou seja, a família era composta de bastantes filhos. Para Salvador (et al. 1999, p.155, grifo do autor),

> A família *nuclear* ou *conjugal* é formada pelo casal e pelos filhos não adultos. Na atualidade e nas sociedades desenvolvidas, é uma das estruturas mais encontradas, desde que as famílias extensas, devido às mudanças na organização da vida e da fixação em núcleos urbanos, perderam muitos vínculos que antigamente possuíam e preservaram.

Desse modo, percebe-se que a maioria das famílias da atualidade, as chamadas famílias nucleares são formadas somente pelo pai, mãe e poucos filhos, ou, então, somente mãe e filhos, isso porque algumas famílias se desfazem, ficando a mãe com os filhos.

2.2.1 Família monoparental

De acordo com Santos, J e Santos, M. (2014), a família monoparental tem uma estrutura própria, na qual o referido autor a conceitua da seguinte forma: “Na

acepção amplíssima este termo compreende todas as pessoas que estiverem ligadas pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, de modo que chega a incluir estranhos". (SANTOS, J; SANTOS, M. 2014). Assim, a família monoparental não é composta exclusivamente com pessoas ligadas a laços sanguíneos, ou seja, essa estrutura envolve também pessoas estranhas.

Santos, J e Santos, M. (2014) comenta ainda que:

> A família monoparental foi reconhecida pela Carta Magna como entidade familiar e de acordo com a mesma é conceituada como "a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". [...] Este fenômeno não é novo no Ocidente, pois sempre existiram pessoas que criaram e educaram seus filhos sozinhas, no entanto, a partir dos anos 60, ocorreu um aumento considerável de divórcios e este tipo familiar saltou aos olhos da sociedade.

A família monoparental, além de ser reconhecida pela Constituição como instituição familiar, é uma organização constituída tanto pela mãe e seus filhos quanto pelo pai. Vale ressaltar que essa estrutura familiar não é recente. Há muito tempo já havia pessoas que cuidavam e educavam seus descendentes sozinhos, porém, só a partir da década de 60, que esse tipo de organização cresceu.

2.2.2 Família extensa

Sobre os tipos de família, Salvador (et al, 1999, p. 155) afirma que:

> A família extensa refere-se aos lares em que convivem mais de um núcleo conjugal. A família extensa pode ser tanto em relação ao eixo vertical, que corresponde a diferentes gerações que a confrontam em um determinado momento, como em relação ao eixo horizontal, incluindo os membros de uma geração particular e os seus casais. A sua presença decresce de maneira progressiva no nosso país.

Em síntese, a família extensa refere-se àquela organização familiar em que são reunidas muitas pessoas, entre elas avó, mãe, pai, tios, filhos e netos. Nessa estrutura familiar, convivem, em um só ambiente, várias gerações de pessoas, inclusive os filhos de uma relação desfeita, ou seja, quando termina uma relação amorosa do casal, e um deles fica com os filhos. O responsável pelo menor passa a conviver com outros parentes em uma só casa, tornando assim o lar extenso. Ainda, segundo o autor, isso ocorre a cada dia com mais frequência.

Conforme Brasil (2005), a Constituição de 1988 em seu capítulo 226 § 4°, ressalta que a família é também representada por um dos pais e seus descendentes, ou seja, qualquer dos dois pode assumir a responsabilidade de educar seus filhos sozinhos. Isso é confirmado no inciso 5°, quando assevera que os direitos e deveres

tanto do homem quanto da mulher são iguais.

Para Simionato (2003), a família, nas últimas décadas, sofreu grandes mudanças e, no bojo dessas transformações, surgiram novas estruturas familiares, no entanto ainda prevalece a família patriarcal, família essa em que o chefe de família é o pai.

Segundo o referido autor, o século XX foi marcado por grandes mudanças no que diz respeito à organização familiar e, também, à autoridade do pai. Destaca-se também, em 1960, o aumento do número de separações. Apesar da forte influência da religião, ela não foi capaz de impedir a dissolução de muitos casamentos.

Compreende-se que, a partir de então, emergem novas formas de estruturas familiares que apresentam as seguintes características: excessos de casamentos com pessoas diferentes, a junção de filhos de diferentes casamentos, adoção de filhos por homossexuais entre outras formas de organização.

Segundo Senna e Antunes (2003 apud SIMIONATO, 2003), a estrutura da família hoje não é igual a de épocas passadas em que o chefe de família era o pai, pois, na atualidade, a maioria dos chefes de família são as mulheres e, na grande maioria, os filhos mesmo adultos continuam dividindo o mesmo lar com sua mãe ou pai, a fim de não ter muitos gastos financeiros. Para Souza, Beleza e Andrade (2014),

> As inúmeras mudanças e transformações dos séculos XX e XXI produziram reflexos nas relações familiares, intensificando novos e variados arranjos familiares, bem como as concepções de conjugalidade e parentalidade. Na contemporaneidade, o que vai identificar a família já não é mais a celebração do casamento ou do envolvimento de caráter sexual, e sim o afeto que permeia o relacionamento.

As mudanças que ocorrem na sociedade trazem mudanças também na estrutura familiar, revelando assim um novo modelo de família, uma vez que já não é mais comum a união de casais através de casamentos, ou seja, quando os casais decidem morar juntos, sem necessariamente legalizar a situação. Por esse aspecto, Souza Beleza e Andrade (2014) afirmam:

> A família se reorganizou, é hoje caracterizada pela união afetiva dos cônjuges (com ou sem filhos) que se unem não mais por uma vida inteira, mas por um período aleatório que, como em mais de um terço dos casos, termina em separação. A partir dessas transformações na sociedade, a informalidade nas relações conjugais foi se mostrando cada vez mais presente, como o crescimento do número de divórcios, a diminuição dos índices de casamento formal, a redução do número de filhos e do desejo das mulheres de tê-los. Estes elementos aparecem como aspectos significativos e favorecem as novas configurações familiares na contemporaneidade.

Percebe-se que hoje as novas formas de organização familiar são bastante diferentes de tempos passados. A união entre os casais normalmente dura pouco tempo, inclusive para aqueles que oficializam sua união que pode ser desfeita a qualquer momento, tornando-se uma prática comum. Em razão dessas alterações, aumentou o número de separações entre os casais e diminuiu o número de filhos por casal. E devido às grandes mudanças que ocorreram no contexto familiar ao longo dos anos, mudou-se também a função educadora dessa instituição.

2.3 As funções da família

Para a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família tem absoluta responsabilidade com a educação de seus filhos. Conforme a norma prescrita por esses importantes documentos, compete à família, entre outras obrigações, matricular seus filhos em instituições escolares. O descumprimento da lei pode resultar em punições severas para os pais.

Segundo Simionato (2003), devido aos vários movimentos ocorridos no século XIX, a família começou a mudar sua forma de educar e cuidar de seus filhos. Há muito tempo a família vem enfrentando problemas em seu contexto em consequência de vários fatores que a cercam e que ocasionam problemas em sua estrutura.

Com relação a tais mudanças, a inserção da mulher ao mundo do trabalho foi a mais relevante. Com a conquista de seu espaço profissional e reconhecimento de sua capacidade, a mulher, pela jornada de trabalho fora do lar, alterou os papéis domésticos até então em vigor. Essas transformações, consequentemente, obrigaram as famílias a novas adaptações em sua estrutura.

Para Simionato (2003), a promulgação da Constituição Federal de 1988, representa um marco histórico no contexto familiar. Dessa forma, a família constitui-se em um grupo social responsável pela transmissão de valores aos seus membros e garantia de educação de seus filhos, funções importantes à formação da personalidade humana.

Segundo Salvador et al. (1999), a família tem o papel de proteger seus membros e transmitir sua cultura e seus costumes aos membros mais novos. Para Cataldo (1987 apud SALVADOR et al. 1999), há quatro funções básicas de

responsabilidade familiar, no que diz respeito à educação das crianças. Salvador et al. (1999, p.158) enfatiza que:

> a) As famílias devem oferecer cuidado e proteção às crianças, garantindo-lhes subsistência em condições dignas. Quando, seja qual for à razão, essa função não pode ser cumprida, existem nas sociedades desenvolvidas mecanismos de intervenção, desde os serviços de suporte e de assistência social até as intervenções mais drásticas, que podem deter a custódia dos filhos se os pais não podem garantir sua integridade física e psíquica.

É papel das famílias protegerem seus filhos, garantir seu sustento e dá o melhor de si para eles. Quando as crianças por algum motivo não recebem esse tratamento adequado, alguns setores legais são obrigados a tomar as providências cabíveis, com o intuito de oferecer a elas condições de vida melhores. Salvador e (1999, p. 158) ainda afirma que:

> b) As famílias devem contribuir para a socialização dos filhos em relação aos valores socialmente constituídos. Essa função é a base da consideração que diversos autores, na filosofia e na psicologia, fazem da família como uma instituição conservadora e reprodutora da ordem social dominante.

A família por ser o primeiro grupo social da criança é também a principal responsável em mediar os padrões de valores necessários à sua formação social, ensinando-lhes os conhecimentos de sua cultura.

Na concepção de Bourdieu (1984 apud SALVADOR, et al. 199), a família tem a função principal de transmitir aos seus filhos sua cultura e seus costumes, uma vez que cada grupo social tem uma cultura própria. Ainda para Salvador et al. (1999, p.159),

> c) As famílias deverão dar suporte à evolução das crianças, controlá-las e ajudá-las no processo de escolarização e de instrução progressiva em outros âmbitos e instituições sociais. É uma função de ajuda que se deduz no próprio contexto familiar, mas que alcança também, como suporte, os outros contextos de socialização das crianças. Em relação a essa função, fazem bastante sentido as propostas de Bronfenbrenner (1987), referidas ao mesossistemas ou à possibilidade de estabelecer acordos e de evitar discrepâncias perturbadoras entre os diferentes contextos de desenvolvimento das crianças [...].

A família deve ajudar seus filhos não apenas nas atividades escolares, como também em outras vivências sociais. Portanto, é através desses ensinamentos familiares que a criança aprende a interagir na sociedade, considerando que o contexto familiar influencia a criança na formação de sua identidade e personalidade. Dessa forma, os padrões familiares dão suporte ao desenvolvimento global da criança. Salvador et al. (1999, p.159) ressalta que:

> d) Uma outra função da família consiste na ajuda e no suporte que proporcionam às crianças para virem a ser pessoas emocionalmente

> equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e com a própria identidade. Essa função remete, de uma maneira clara, ao estabelecimento, entre os próprios membros da família, de algumas relações baseadas no respeito mútuo e no afeto [...].

É no âmbito familiar que a criança aprende grande parte de seus conhecimentos, os quais dão suporte para sua formação adulta e equilibrada. Cabe à família ensinar boas condutas aos seus filhos, de modo que estes sejam capazes de agir com respeito com todas as pessoas e não somente com aquelas de seu contexto familiar. Acredita-se que, quando a criança tem boas atitudes em casa, ela apresenta também um bom comportamento fora dela. Compreende-se que a educação familiar é a base para uma boa conduta social.

3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação é um fenômeno que representa o desenvolvimento e formação do sujeito que se inicia no âmbito familiar, tem continuidade na instituição escolar e se prolonga por toda sua vida. Assim, a educação constitui-se por conhecimentos socialmente construídos e necessários ao sujeito para que ele possa participar da sociedade como um todo.

Para Libâneo (2008, p.16) “A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de toda a sociedade.” Desse modo, compreende-se a educação como necessária a formação do sujeito, uma vez que ela possibilita ao homem se libertar dos alheamentos em que ele é submetido, pois, só a partir dessa compreensão, é que a educação passará a ter caráter de intervenção em um projeto de participação social.

De acordo com Libâneo (2008, p. 118), “a educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”. Assim, a educação é uma ação política que proporciona o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades exigidas pela sociedade atual. Com efeito, a educação garante ao sujeito o direito de participação social crítica. Brandão (1981, apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2010, p. 64) enfatiza que:

> A educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar e para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias. [...] Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.

Em síntese, a educação é uma ação que ocorre em vários contextos sociais e é nessa dimensão que o sujeito em interação com outros constrói diversos saberes que o prepara para a vida em sociedade. Portanto, o desenvolvimento do sujeito compreende sua inserção cidadã. Gadotti (2014) ressalta que:

> A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é reconhecido e consagrado na legislação de praticamente todos os países e, particularmente, pela Convenção dos Direitos da Infância das Nações Unidas.

A educação é uma das condições indispensáveis à concretização da

cidadania. Com ela o sujeito alcança sua liberdade enquanto forma de exercício de seus direitos, permitindo-o sua participação ativa na sociedade. A educação é um direito garantido legalmente a todo cidadão.

Ainda segundo Gadotti (2014) existem dois tipos de educação, a formal e a não formal. Assim, a educação não formal se refere àqueles conhecimentos construídos pelos sujeitos em contextos sociais fora da escola, enquanto que a formal se refere aos conhecimentos oferecidos pela escola de maneira organizada e sistematizada.

> A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal**é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de "progressão". Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2014, grifo do autor).

Portanto, a educação formal se refere aos conhecimentos oferecidos pela escola, a partir de uma organização curricular, enquanto que a educação não formal se refere àqueles conhecimentos construídos pelos sujeitos em contextos sociais fora da escola, sem rigor metodológico e ordem burocrática.

Ainda segundo Gadotti (2014, grifo do autor),

> Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da **escola** é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da **cidade** (apenas para definir um cenário da educação não-formal) é marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal.

Desse modo, tanto a educação formal quanto a não formal são intencionais, considerando que, embora a escola siga uma sequência didática, organize o currículo de suas práticas educativas, o indivíduo aprende de maneira organizada também fora da instituição escolar.

Tanto uma quanto a outra apresentam algum tipo de formalidade característica, porém, a escola é o ambiente ideal para discutir questões problematizadoras, a fim de que o sujeito se torne apto a tomar decisões de forma democrática em todos os setores sociais e políticos.

As mudanças ocorridas no ambiente social exigem do homem uma educação escolar. Desse modo, é necessária uma compreensão mais profunda dos

processos de mudanças e conquistas ocorridas ao longo dos anos na educação do Brasil.

3.1 Retrospectiva histórica da educação

Historicamente, a educação do Brasil é marcada pela visão de ensino como privilegio de alguns, voltado para a classe dominante, excluindo, desse modo, a outra parte da população dos conhecimentos necessários à sua participação ativa e crítica na sociedade. De acordo com Aranha (1996), a educação do Brasil enfrenta sérios problemas desde o início de sua história que começou com a chegada dos jesuítas ao Brasil em 1459. Na ocasião, os padres jesuítas iniciaram um ensino no qual não era permitido aos sujeitos questionar sobre sua própria vida. O ensino era movido pela pregação da fé religiosa.

Nesse período, havia dois tipos de educação, uma voltada para os índios e outra voltada para a elite. Essa educação durou em média 210 anos. No ano de 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil. De acordo com Santos (2014),

> A partir da década de 1960, os programas de pós-graduação em Educação e as faculdades de Educação tiveram um forte apelo economicista, tanto nas teorias educacionais quanto nas políticas públicas. Como efeito, houve o desmantelamento da escola pública e o reforço da educação como negócio.

Compreende-se que, nesse período, devido ao crescimento industrial, aumentou o interesse das classes privilegiadas pela educação sob a ótica do capital, preocupando-se, portanto, apenas com o lucro e definindo-a como uma espécie de comércio, uma vez que o ensino era focado em reproduzir sujeitos para o mercado de trabalho.

De acordo com Souza (2006), devido a tantas mudanças ocorridas nesse período, a classe trabalhadora fica submissa às ordens do poder capitalista, considerando que, com o crescimento industrial, o sujeito “ignorante” é excluído, pois, ele não está “preparado”, sendo assim um instrumento de manutenção das desigualdades existentes. Com efeito, em uma sociedade extremamente competitiva, a classe popular se sujeita a aceitar trabalhar por baixos salários para poder manter o sustento da família.

Para Souza (2006, p. 107):

> Os laços familiares, embora tensos, durante todo o século XX serviam, ao menos até a década de 1960, para congregar os esforços da constelação familiar para a sobrevivência econômica, uma vez que a rede de parentescos, os laços comunitários, as relações de vizinhança se constituíam em oportunidade de apoio material e espiritual diante dos tempos neoliberais atuais.

Percebe-se que, com a revolução industrial, a estrutura familiar também sofreu alterações, uma vez que a mulher precisou se ausentar do lar para ajudar o marido nas despesas da casa. Como consequência, a mulher se ver obrigada a deixar seus filhos aos cuidados de vizinhos ou parentes para poder trabalhar.

Santos (2014) ressalta que:

> Durante a década de 1960, muitos eventos abalaram o sistema sócio educacional brasileiro. Dentre alguns, podemos citar: a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 4.024/61); debates, reivindicações e lutas no campo político-social, contra a ideologia de desenvolvimento então vigente, que colocava a escola como responsável pela formação da mão-de-obra preparada, visando o "desenvolvimento" do país; golpe militar de 1964; e a figura do educador Paulo Freire, trazendo à luz de novos ideais seu método de alfabetização.

Portanto, a década de 60 foi marcada por grandes mudanças no setor educacional do país, inclusive nesse período houve a criação da primeira lei direcionada à educação. Após muitas discussões, constataram que o crescimento econômico do país dependia de investimentos no ensino, no entanto, era só essa a preocupação, no crescimento econômico, pois, a educação, como direito social, estava distante do almejado.

De acordo com Santos, Melo e Lucimi, (2014), a década de 70 é marcada pelas ações dos movimentos sociais. Com a intensificação da crise econômica no país, era necessário investir na educação, uma vez que ela é a garantia do crescimento econômico, porém, mais tarde, o governo federal diminui esse investimento. Santos, Melo e Lucimi, (2014) diz que:

> No final da década de 1970 e início de 1981, a Educação assume uma postura de preocupação com as questões sociais, estabelecendo maior atenção às classes populares com pouco acesso ao ensino. Nessa época, o país ainda sofre as consequências da censura, instaurada a partir do golpe de 1964. Na contramão da ideologia política de acúmulo do capital para a classe elitista, muitos movimentos estudantis e sociais ganham força e destaque na tentativa de mudar o quadro hegemônico, em busca do retorno à democracia.

Evidencia-se que, no período entre a década de 70 e 80, surge no país algumas mudanças significativas, uma vez que os movimentos estudantis lutavam em

prol da valorização dos direitos sociais, a fim de garantir para toda a população um ensino gratuito. Pereira, D; Pereira E, (2014) afirma que:

> A década de 80 é uma das mais fecundas de nossa história, pois a mobilização desses anos orientou-se pela bandeira de transformar a Educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores; saber este que viria, mais tarde, a contribuir para uma maior participação na sociedade.

Desse modo, a partir dos anos 80 a população passou a compreender melhor o seu poder de participação social, na perspectiva de que o saber transforma a realidade, ou seja, a pessoa que detém o saber tem em suas mãos o poder de mudar qualquer situação, inclusive os rumos do país. De acordo com Pereira, D; Pereira E, (2014, grifo do autor),

> Nosso país começa a mudar “sua cara”. No campo da Educação “[...] a década de 80 se inicia com a construção de entidades destinadas a congregar educadores e de associações de caráter sindical que vão se aglutinando em âmbito nacional”. As organizações dos educadores caracterizam-se pela preocupação com o significado político e social da Educação, além do aspecto econômico-corporativo.

Compreende-se que, nesse período, inicia-se uma nova fase no país no que tange à educação. Com a criação de instituições e sindicatos, a classe popular ganha mais força no poder de participação social e política e também em melhorias das condições trabalhistas.

De acordo com Gohn (2014), na década de 80 ocorreram grandes mudanças no setor educacional, entre elas, a criação da Associação Nacional de Professores do Ensino Superior-ANDE que surgiu da luta dos acadêmicos, principalmente aqueles das instituições públicas. No ano de 1987, organizaram um Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública que, na oportunidade, foram criados artigos referentes à Educação na Constituição de 1988 que defendia a gratuidade do ensino público, além de melhorias na área. Esse momento marcou a história da educação do país pela união de grandes pensadores universitários e representantes de institutos.

Com a nova Carta Magna de 1988, os trabalhadores públicos conquistam o direito de se associarem. No ano de 1989, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação-CNTE, logo depois surgiram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil-CPB, a Federação Nacional dos Supervisores de Ensino-FENASE e juntamente com a (Federação Nacional de Orientadores Educacionais-FENOE e também a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público. A

Confederação Nacional trabalhista se juntou à Central Única dos Trabalhadores- CUT. A união de todas essas associações contribuiu no processo de democratização da educação do país. De acordo com Gohn (2014),

> De início a reivindicação básica era a de creches diretas, construídas e mantidas pelo poder público. A centralidade da luta era dada pelo atendimento à mãe, por não ter onde deixar seus filhos para trabalhar. Com o passar dos anos, a luta perdeu o caráter mobilizatório e a radicalidade inicial, várias militantes dos movimentos foram contratadas para trabalharem nas próprias creches.

Percebe-se que uma das reivindicações dos movimentos era a criação de creches públicas com o intuito de oferecer atendimento às crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam fora de casa. Anos depois, algumas participantes das lutas sociais passaram a trabalhar nas creches. Ainda segundo Gohn (2014),

> Houve também um deslocamento do foco central do movimento de creches quanto à da reivindicação, antes centrada na figura da mãe, passando agora para a figura da criança. Isto nos explica a questão do caráter educativo dado aos equipamentos, e o tratamento das creches sob o ponto de vista da Educação - a educação infantil de 0 a 6 anos; e não mais como simples problema assistencial, como foi tratada nos anos 60 e 70.

Compreende-se que, nesse mesmo período, outra questão pela qual os movimentos lutavam era o direito de a criança ser educada em instituições escolares de maneira diferenciada da década de 70, pois, até então, a educação era focada apenas no cuidado e na alimentação das crianças.

Conforme Pereira, D. e Pereira E. (2014), a partir da década de 90, surgiram outros movimentos sociais. A população foi às ruas reivindicar seus direitos na condição de cidadãos, uma vez que os recursos financeiros que deveriam ser destinadas ao seu bem estar social, como, educação, trabalho e saúde, eram então desviados. A população, revoltada com o que estava acontecendo, resolveu se unir e afastar da presidência da República o presidente Fernando Collor de Melo.

No ano de 1994, houve novas eleições para a Presidência da República. O presidente eleito pelo povo foi Fernando Henrique Cardoso, o qual só reforçou o [2]neoliberalismo, os ideais capitalistas.

Então, como parte das discussões acerca da educação, faz-se necessário compreender algumas leis que determinam a educação brasileira, em especial no município de Chapadinha - MA.

---

[2]Neoliberalismo – Doutrinas, em voga nas ultimas décadas do século XX, que favorece uma redução do papel do estado nas esferas econômicas e social. (FERREIRA, 2009, p.1395).

3.2 Legislação voltada para a educação

A trajetória da educação no Brasil, conforme Oliveira (2005), tem mais de cem anos e somente nas últimas décadas alcançou uma maior significação, decorrente do desenvolvimento científico, da inserção da mulher no mercado de trabalho e da consciência social sobre o direito de todos à educação. Desse modo, a Constituição Federal de 1988 estabelece em seus artigos 205 e 206 que:

> Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 206 - I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, 2013, p, 55).

Como se vê, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 destaca que a educação é direito de todos e obrigação do Estado a oferta de atendimento, assim como é a obrigação da família em matricular seus filhos. No artigo 206, define-se que a escola precisa oferecer a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem e de maneira gratuita. A Constituição Federal em seu artigo 227 estabelece ainda que:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2013, p. 58).

No artigo 227, trata-se especificamente dos direitos da criança e do adolescente, garantindo a eles o direito à vida, à alimentação, à educação dentre outras necessidades básicas de sobrevivência, assim como a convivência com seus membros da família, além dos direitos que tanto a criança quanto o adolescente têm e que devem ser defendidos, no que diz respeito aos maus tratos. Portanto, percebe-se que a Constituição, pela primeira vez na história, faz referência a direitos específicos das crianças que não sejam aqueles restritos ao âmbito do direito da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n° 8.069/90 que trata dos direitos referentes às crianças e adolescentes, ressalta em seus artigos 22 e 55 que:

> Art. 22 - Aos pais incube o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes, ainda, no interesse destes a obrigação de cumprir as determinações judiciais. Art. 55 os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (BRASIL, 2005, p.16).

Assim, o ECA estabelece em seus artigos 22 e 55 a obrigação da família em sustentar seus filhos e matriculá-los em instituições escolares, de modo a garantir o direito determinado legalmente, sofrendo penalidades aqueles que não o cumprirem. Não obstante, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n° 9.394/96, em seus artigos 2 e 6 reforça que:

> Art.2 – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdades e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 6 – É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, do ensino fundamental. (BRASIL 2012, p. 25).

Os direitos da criança e do adolescente não se restringem somente ao contexto familiar. Vários documentos determinam leis que permitem o direito do sujeito à educação, garantindo o seu pleno desenvolvimento, de maneira que ele exerça sua cidadania. Assim, a função da família envolve, entre outros, o processo educativo da criança. Com base no Ensino Fundamental de Nove Anos (2006), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394/96, sofreu alteração em alguns de seus artigos, visando proporcionar maiores oportunidades de aprendizagem às crianças e adolescente no período de estudo obrigatório.

Conforme o Ensino Fundamental de Nove Anos (2006), com a criação da Lei nº 11.274/2006, as crianças ingressam no ensino obrigatório ao completar 6 anos de idade, alterando dessa forma alguns artigos da LDB, uma vez que, até então, as crianças eram matriculadas no ensino fundamental só a partir dos 7 anos e na Educação Infantil até os 6 anos de idade. Assim, conforme o disposto na LDB, no que se refere à alteração pela Lei nº 11.274/2006, define em seu artigo 32 que:

> **Art. 32.** O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2012, p. 35, grifo do autor).

Convém ressaltar que a Lei determina que o ensino fundamental de nove anos, com matrícula a partir dos seis anos de idade, vise à formação básica do cidadão, com práticas que considerem as singularidades de cada sujeito, exigindo que a escola cumpra sua função de educar, complementando com a colaboração da família.

Nessa perspectiva, o Município de Chapadinha, conforme o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Secretária Municipal de Educação do Município (SEMED) (2006), a rede municipal de ensino, embora esteja situada nos mais diferentes locais da cidade, no caso da zona rural, cada uma tem suas características próprias.

A rede municipal opera na prestação de serviços da Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1° ao 9° ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos turnos matutino, vespertino e noturno, propiciando, desse modo, o acesso à instituição escolar a todos os sujeitos que desejam estudar. (SEMED, 2006).

De acordo com informações contidas no PPP da SEMED, o município atende a uma clientela humilde de 04 a 60 anos de idade, carente de condições básicas, onde os membros da família vivem de lavoura, de subemprego ou estão desempregados.

E, no que diz respeito ao ensino fundamental, ressalta que:

> [...] no artigo 26 da LDB nº 9394/96, a organização curricular deve ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (SEMED, 2006, p. 27).

Desse modo, a oferta de atendimento educacional tem por objetivo desenvolver o sujeito, garantindo-lhe sua formação integral indispensável ao exercício da cidadania, meios para prosperar no trabalho e dar continuidade aos seus estudos, a partir de propostas pedagógicas que considere o desenvolvimento do sujeito em todos os seus aspectos cognitivo, físico, afetivo e social.

Conforme a SEMED (2006), as propostas de ensino do município visam desenvolver no sujeito conhecimentos necessários à sua participação social em que as oportunidades de aprendizagem são igualitárias, ou seja, o ensino conduza o aluno a um diálogo criativo com as dúvidas e questionamentos de sua época, condição essa fundamental para uma formação cidadã.

No que se refere à família, a SEMED (2006, p.14) destaca que:

> É necessário que a escola e a família estabeleçam e mantenham relações e compromisso de responsabilidade na orientação da educação da criança e do adolescente que se encontram em processo de formação e desenvolvimento da personalidade, uma vez que a missão essencial da escola é de educar, sem perder de vista as orientações educativas que a família adota, a fim de evitar ambiguidades na assimilação dos valores e das atividades comportamentais evidenciadas.

Compreende-se que é de fundamental importância que a família conheça o cotidiano escolar de seus filhos, uma vez que o acompanhamento familiar estimula o aluno a ter um rendimento escolar mais satisfatório. Destaca-se ainda que cabe aos pais a responsabilidade em assumir os deveres que lhes são inerentes na formação de caráter e personalidade do sujeito. Portanto, a família e a escola precisam ter uma relação bem próxima.

4 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Compreende-se que a família, por ser o primeiro grupo social na formação do sujeito, precisa garantir e compartilhar sua função educadora, contribuindo de maneira significativa com a escola em prol da educação de seus filhos, uma vez que, sem a família, o processo educacional do aluno pouco evolui.

Conforme Ramos A. e Ramos E. (2010), face às várias mudanças que ocorrem a todo o momento na sociedade, a estrutura familiar é sensivelmente afetada, dificultando, portanto, a relação da família com a escola. E, segundo o referido autor, para entender a família diante de tantas mudanças, é preciso antes compreender o processo de mudança na estrutura familiar desde os séculos passados. Ramos A. e Ramos E. (2010, p. 34) enfatiza que:

> É na escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, os princípios éticos e morais que permeiam a sociedade. Na escola também se depositam expectativas, dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e às próprias potencialidades. Participando na socialização escolar, a família contribui de modo imprescindível para a vida social da criança. Atuando nos espaços escolares, na orientação, no direcionamento, nas regras e normas de valores, proporcionará à criança melhor desempenho para a vida e o convívio social.

Nesse sentido, nota-se que grande parte dos conhecimentos adquiridos pelo sujeito é construído na escola, porém, quando ele chega até essa instituição, já traz consigo uma série de saberes que precisam ser por ela sistematizados.

Portanto, a família precisa contribuir com a escola, fazer-se presente em todas as atividades escolares, atuando como educadora em seu papel de formação. Ainda, segundo Ramos A. e Ramos E. (2010, p. 34),

> Os desafios com os quais se depara hoje a família na socialização escolar são influenciados por essa nova concepção de sua estrutura. Um desses desafios é a pobreza, somada ao baixo capital cultural, o que acarreta a utilização de novas estratégias. Fatores como as relações de gênero e geração, por sua vez, modificam os referenciais de socialização, principalmente nas famílias mais favorecidas.

Sinteticamente, os grandes problemas que surgem no contexto escolar em sua maioria são implicações da forma como se encontra a estrutura familiar. Os problemas financeiros, as trocas de parceiros e a relação de gêneros interferem fortemente na socialização familiar, revelando-se, assim, um desafio para a escola, pois, algumas famílias atribuem para a escola a responsabilidade de educar os seus filhos.

Segundo Ramos A, e Ramos E, (2010), há outros problemas que também

dificultam a aproximação da família com a escola, que é a falta de tempo em razão da jornada de trabalho que muitos pais exercem com o intuito de suprir as necessidades básicas da família, tornando-se um problema para a escola e, consequentemente, para o aprendizado do aluno.

Percebe-se que todos os problemas que acontecem na estrutura familiar, seja de natureza econômica ou outros, refletem no desempenho escolar do aluno. Portanto, a família precisa refletir o seu papel e não manter-se distante da escola, pois, percebe-se que, nos dias atuais, a escola tenta assumir sozinha uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre as duas instituições.

> O esforço educativo não pode ser feito apenas da escola, já que ela não tem sozinha – nem pode ter – a responsabilidade pela educação. A escola não pode responder, indiscriminadamente, a todas as demandas que lhe são feitas, nem tem de ocupar todos os momentos da vida dos alunos. (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2009, p. 18).

Nesse sentido, não basta apenas só o compromisso da escola em educar a criança, ela precisa, além do apoio familiar, de recursos materiais necessários e do preparo adequado dos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a fim de melhorar a qualidade do ensino. “A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão”. (REGO; apud DESSEN; POLONIA; 2014a). Assim, família e escola são responsáveis pela formação do sujeito em todos os seus aspectos, sociais, políticos e educacionais, quando ambas reconhecem seu papel como educadora.

Percebe-se que a escola, responsável em oferecer condições de aprendizagem aos alunos, deve trabalhar em conjunto com a família, considerando que grande parte desses conhecimentos adquiridos pelos alunos é elaborada no âmbito familiar. A escola tem o papel de sistematizar tais conhecimentos, com o intuito de que o aluno por si construa novos conceitos, enquanto que a família assume a responsabilidade de, além de matricular seus filhos, dá o sustento, acompanhá-lo nas atividades escolares, mantendo uma boa relação com a instituição escolar de seu filho.

> Os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, desconhecida e que sua participação ativa nesta é garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns. (REIS, p. 6).

Dessa forma, faz-se necessário que a família participe ativamente das

atividades escolares de seus filhos e perceba que sua presença junto à escola influencia significativamente no aprendizado do seu filho e se conscientize de que, quando há um bom entendimento entre elas, os resultados são os melhores possíveis.

> A escola jamais educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. A participação da família deve se firmar no auxílio à atuação pedagógica escolar, ou seja, uma continuidade de coerência entre as atuações da escola e da família. Os pais devem acolher os filhos e ajudá-los, não apenas nas tarefas escolares, mas de toda vida. É preciso abrir o coração. (REIS, 2007, p. 6).

Em síntese, entende-se que a escola não pode assumir sozinha a atribuição de educar os alunos. A família também educa, e a escola é uma instituição que dá continuidade aos ensinamentos familiares, por essa razão, faz-se necessário sua presença ativa no espaço escolar, dando aos seus filhos apoio incondicional.

> Pais e mães estejam em sintonia com a vivência escolar e social de seus filhos e filhas, pois essa integração tende a enriquecer e facilitar o desempenho escolar da criança. Portanto, é necessário que se habituem a participar da vida escolar dos filhos e filhas. Para isso, uma alternativa viável seria a divisão de responsabilidades entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. (MORAES e KUDE 2003 apud ASSIS; LUCA 2014).

A família precisa manter uma relação bem próxima com a escola de seus filhos, uma vez que essa relação influencia o desempenho escolar e ajuda na formação integral da criança. Por isso, é fundamental que os pais se façam presentes frequentemente na escola, participem de todos os eventos oferecidos por ela e compartilhem com as responsabilidades de educação da criança, visto que ambas são responsáveis pela formação do sujeito.

Essa articulação pode levar os pais à compreensão do trabalho realizado pela escola, de forma a se envolverem na medida de suas possibilidades – no processo educacional dos filhos, trabalhando de forma consoante com as necessidades educativas da vida e da participação no mundo atual. (TRACREDI; REALI; 1999 apud ASSIS; LUCA, 2014).

Dessa forma, percebe-se que a família e a escola devem manter esse vínculo harmonioso em prol da educação da criança, compreendendo que esse trabalho conjunto gera bons resultados em relação ao sucesso escolar do aluno e, consequentemente, um melhor preparo para atuar no meio social.

> A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão [...]. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. (DESSEN e POLONIA, 2014b).

Percebe-se que a família e escola devem juntas compartilhar suas funções de educadoras, uma vez que ambas influenciam no desenvolvimento integral do aluno. Tanto uma quanto a outra são responsáveis pela construção de conhecimento do sujeito, embora de maneira distintas, pois, enquanto uma transmite cultura, a outra sistematiza esse saber propositalmente, a fim de que o sujeito desenvolva suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

> As ações educativas na escola e na família apresentam funções distintas quanto aos objetivos, conteúdos e métodos, bem como as expectativas e interações peculiares a cada contexto [...]. Por exemplo, Lampreia (1999) destaca que uma atividade como a cópia, no ambiente escolar, tem objetivo programado e é avaliada como uma competência que permite a estruturação da aprendizagem, na área de letramento. Já, no âmbito familiar, a mãe considera tal atividade apenas como mais uma tarefa doméstica de supervisão e cuidados dispensados aos filhos. (DESSEN; POLONIA, 2014a).

Compreende-se assim que a família e a escola mesmo tendo os mesmos objetivos em comum, cada uma educa à sua maneira. A escola educa de maneira sistematizada, utilizando conteúdos, objetivos e metodologias programadas, e, quando esses objetivos não são alcançados, replaneja suas atividades. De acordo com Dessen e Polonia (2014a),

> Pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua [...]. A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Desse modo, família e escola devem, além de compartilhar as funções educadoras, discutir os procedimentos a serem utilizados no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Essa postura possibilita o alcance dos objetivos pretendidos, uma vez que essa parceria contribui significativamente para o sucesso do aluno.

4.1 Retrospectiva histórica do contexto familiar

De acordo com Oliveira (2005), o conceito histórico de família vem se definindo desde os tempos primitivos. No Brasil, a partir dos séculos XIX a XX, a família vem passando por muitas mudanças. No período colonial, a família era tradicional, ou seja, o marido era quem detinha o poder de todos os direitos da mulher, ela era totalmente submissa ao homem e os filhos ao nascerem dificilmente recebiam o carinho e a proteção da mãe, uma vez eram cuidados e alimentados pela ama de leite. Com a revolução industrial, várias mudanças ocorreram, entre elas, a participação da mulher no mundo do trabalho. E, como consequência, as mulheres precisaram se ausentar do lar para trabalhar nas indústrias.

Oliveira (2005) ressalta que, durante muito tempo, a educação das crianças era somente de responsabilidade da família, especialmente das mães. A criança, embora ainda bem pequena, era notada como uma pequena adulta e, depois que já tinha independência de fazer as coisas sozinhas, passava a trabalhar, ajudando os adultos nos deveres do dia a dia, onde aprendiam somente o suficiente para se inserir na sociedade. Nas classes mais favorecidas economicamente, as crianças eram vistas como seres supremos, porém, mesmo sendo tratadas de forma especial. Para Oliveira (2005), o papel da família como a principal matriz educativa surge também nas escolas que tinham como objetivo a guarda e a educação das crianças pequenas. Etimologicamente, o termo francês “creche” refere-se à manjedoura, presépio. O termo italiano “asilo nido” indica um espaço que se guarda alguém.

De acordo com Oliveira (2005), ao longo do tempo, aquela atenção dada à educação das crianças, quase exclusivamente pela família, passou a ser compartilhada com grupos religiosos, educando as crianças de maneira que fossem levadas a ocupar uma função, quando crescessem. As crianças menos favorecidas eram cuidadas como uma espécie de favor prestado a elas e à família.

Oliveira (2005) comenta que, no final do século XV, surgiram novos modelos de educação oriundos da Europa.

> O desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas ocorridas no período do Renascimento estimularam o surgimento de novas visões sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. Autores como Erasmo (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil, estimular a atividade da criança, associar o jogo á aprendizagem. (OLIVEIRA, 2005, p. 59).

Nesse contexto, observa-se que na Europa alguns pensadores passaram a ver acriança como sujeito que merece respeito, influenciando assim no tratamento que a sociedade dava a elas, ressaltando a importância da utilização dos jogos no seu processo de ensino e aprendizagem. Oliveira (2005, p. 60) afirma que:

> Crianças pobres de 2 ou 3 anos eram incluídas nas charityschools ou dameschools ou é coles petites então criadas na Inglaterra, França e outros países europeus segundo o ideário dos movimentos religiosos da época. Não tinham uma proposta institucional formal embora logo se passassem a adotar atividade de canto, de memorização de rezas ou passagens bíblicas e alguns exercícios do que poderia ser uma pré-escrita ou pré-leitura. Tais atividades voltavam-se para o desenvolvimento, a internalização de regras morais e de valores religiosos além da promoção de rendimentos de instrução.

Portanto, nesta proposta de atendimento às crianças, não lhes era dispensado nenhum tratamento especial. O ensino era voltado para o enciclopédico, abstração, memorização e ensino religioso. Não se importavam com a compreensão do processo de aprendizagem da criança, as salas de aulas eram superlotadas, com cerca de 200 crianças de todas as idades.

Para Oliveira (2005), a urbanização e a industrialização levaram às famílias a se reorganizar estruturalmente, principalmente aquelas famílias menos favorecidas. Assim, a família patriarcal transforma-se em família nuclear.

Segundo a referida autora, no final do século XVIII para início do século XIX, deu-se maior importância à educação da criança, passando a preocupar-se mais com o atendimento educacional ás crianças, no sentido de oferecer a elas condições necessárias ao seu desenvolvimento como pessoa de direitos, tornando, assim, a escola necessária, pelo menos para as classes mais abastadas.

Entretanto, o mesmo não acontecia com as crianças das classes menos favorecidas. As famílias com alto poder aquisitivo não admitiam que o mesmo atendimento dado a seus filhos fossem também oferecidos às classes sociais mais humildes. Assim, contrapondo a essa posição, alguns pensadores defendiam a educação como um direito de todos. Além disso, com o advento da sociedade industrial, a família organizou-se efetivamente na família nuclear, valorizando a intimidade do lar.

Para Campos (2007) as transformações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade fizeram com que a família também mudasse. Dessa forma, o modelo de família tradicional tornou-se pouco comum, sendo substituído pela família nuclear.

Segundo Szymanski (2001), a organização familiar ao longo dos anos sofreu grandes mudanças, sob a influência das ações do estado, da igreja e dos

grupos sociais. Nesse sentido, a família passou a ser mais reconhecida socialmente, sendo ela a principal responsável pela criação e educação dos seus filhos.

De acordo com Szymanski (2001), a partir do século XVIII, a família passou a desenvolver costumes oriundos da Europa que eram adotados no século XVI, principalmente pela elite.

Ainda segundo a autora, no final do século XIX para o início do século XX, as famílias das classes populares também adotaram os costumes da família nuclear, quando foram obrigados a deixar as manufaturas caseiras e trabalhar no campo e nas indústrias das grandes cidades.

Segundo Szymanski (2001), o modelo de família nuclear foi trazido para o novo mundo, que inclusive já tinha um modelo diferente. Alguns grupos eram oriundos de famílias tradicionais matriarcais, pois foi esse o modelo social de família que se desenvolveu.

Para a autora, o que se percebe, nesse modelo de família, é que há uma mudança constante de companheiros por parte da mulher e, apesar disso, ela continuava com os filhos gerados nessa relação mesmo depois de uma separação do companheiro.

Em algumas organizações familiares, a mulher é quem assumia sozinha a chefia da casa. Os homens, nesse caso, entravam e saiam da casa, e a mulher continuava assumindo a responsabilidade sozinha. Porém, quando o homem estava junto à mulher, é ele quem assumia a chefia.

Em razão da trajetória da formação e valorização da família, compreende-se que a ela é o primeiro grupo social em que o sujeito aprende grande parte dos conhecimentos, incorporando-os. E a escola constitui-se em um espaço que oportuniza a criança desenvolver as relações interpessoais além do lar, mantendo um relacionamento com pessoas de diferentes grupos sociais.

A Constituição Brasileira de 1988 traz um conceito de família, em que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações. Portanto, a igualdade perante a lei faz com que ambos tenham a mesma responsabilidade pela família. E, além disso, a Constituição aumenta a necessidade de se estabelecer um estreito vínculo entre família e escola.

4.2 PARCERIAS ESCOLA E FAMILIA: possibilidades na construção de sujeitos participativos.

A escola e a família representam os principais grupos da aprendizagem dos sujeitos. A família, por sua vez, transmite à criança vários saberes construídos ao longo de sua história e a escola sistematiza esses conhecimentos adquiridos pelo aluno no convívio familiar. Por essa razão, a escola e a família devem colaborar uma com a outra em prol da aprendizagem da criança, compartilhando e trocando ideias, uma vez que os conhecimentos prévios dos alunos são a base para a construção de conhecimentos novos. A escola dá continuidade na aprendizagem da criança. Assim, faz-se necessário que a família se aproxime da escola e vice-versa.

Para Gentile (2006, p. 33),

> Escola e Família têm os mesmos objetivos: fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. As instituições que conseguiram transformar os pais ou responsáveis em parceiros diminuíram os índices de evasão e de violência e melhoraram o rendimento das turmas de forma significativa.

De acordo com Gentile (2006), uma pesquisa feita pelo Instituto La Fabrica do Brasil, em parceria com o Ministério da Educação, afirma que não é comum um relacionamento amigável entre família e escola, e que muitos desejam que as instituições escolares realizem mais eventos, reuniões e encontros para a família. Já alguns dos educadores de escolas públicas dizem estar insatisfeitos com a participação dos pais, mas acreditam ser necessária a parceria estreita entre as duas.

Nesse sentido, evidencia-se que o sucesso do aluno acontece quando a escola e família trabalham em conjunto. Assim, se os pais colaboram, ajudando seus filhos nas atividades escolares, certamente estarão contribuindo de maneira positiva com o aprendizado de seus filhos. Entende-se o quanto as duas instituições são as principais responsáveis pela aprendizagem da criança, portanto, é fundamental que cada uma faça a sua parte, valorizando os aspectos em que ela se destaca.

Observa-se que, de acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Instituto, a escola e a família devem atuar em conjunto, para que possam alcançar seus objetivos. Assim, essa parceria deve ser considerada como fator primordial na busca do sucesso escolar do aluno. “O segredo de uma boa relação é saber ouvir, respeitar as culturas e trabalhar junto”, afirma Szymansk (apud GENTILE, 2006, p. 34).

Para que haja um bom relacionamento entre a família e a escola, é preciso, antes de tudo, saber ouvir o que o outro tem para falar, respeitar a opinião e as características culturais de cada um e saber trabalhar coletivamente. Esses critérios são fundamentais e favorecem um bom resultado.

> Acredita-se que mediante ajuda da família, a escola desempenha um trabalho mais eficiente, no que diz respeito ao sucesso escolar do educando. Para tanto, as duas devem juntas centrar atenção e participar no processo de aprendizagem do aluno ativamente. Para a relação ser duradoura, tem de se basear em respeito. Preconceito, portanto, não pode existir. Falar em família desestruturada ou desajustada não faz sentido quando se analisa a realidade doméstica atual. Tanto que a organização das Nações Unidas, há mais de uma década, trouxe o tema para reflexão ao instituir o Ano Internacional da Família. Os documentos elaborados na época apontaram que a principal característica dessa instituição é a capacidade de seus membros de manter e educar seus dependentes para a vida, segundo princípios éticos, culturais e legais. (GENTILE, 2006, p. 34).

Nesse sentido, em conformidade com o pensamento de Gentile (2006), faz-se necessário que sejam evitadas atitudes preconceituosas que impedem um bom relacionamento entre a escola e família.

A família é o primeiro grupo social na vida do ser humano e sua presença nas atividades escolares contribui bastante com o desenvolvimento da criança, no entanto, a escola precisa realizar ações que integrem a família e informe-as de seu importante papel, quando esta colabora com a escola. Isso implica ressaltar que a escola não deve trazer os pais para a escola só para reclamar do comportamento de seus filhos, mas também para elogiar seu desempenho escolar, quando eles se sobressaem, considerando esse relacionamento permanente, desde o início do ano letivo e não apenas em algumas ocasiões.

Para Gentile (2006), é importante envolver os pais em todas as ações pedagógicas realizadas no contexto escolar, informando-os de seus objetivos educacionais para seus filhos, abrir as portas da escola e recebê-los bem. A parceria família e escola constitui-se em elemento estruturante no desenvolvimento integral da criança. Portanto, não é suficiente a família matricular seu filho na escola, precisa sempre acompanhá-lo, discutir com a escola alternativas que ajudem no desempenho escolar de seu filho, e isso implica estabelecer um vínculo rotineiro entre escola e a família.

“São várias as oportunidades para se abrir a escola aos pais e à comunidade, além das reuniões”. (PONTES, 2000, p. 32). Assim, há várias possibilidades de envolver a família nas atividades da escola, além das reuniões.

Cabe à administração escolar em conjunto com todos os funcionários e conselho escolar criar condições que oportunizem à família e comunidade em geral participar das ações educativas. Para tanto, é preciso que os envolvidos compreendam a proposta pedagógica da instituição escolar.

Para Neves (2000), formar, educar o sujeito para a sociedade não é tarefa fácil. Quanto maior for o envolvimento da família, escola e comunidade no reconhecimento de valores éticos e na definição de metas e metodologias de um projeto pedagógico, maior será a chance de oferecer aos educandos condições ideais para que desenvolvam suas capacidades. Assim, a escola precisa criar vínculos e respeitar as individualidades de cada sujeito. A boa relação entre escola e família facilita o processo de ensino e aprendizagem do aluno.

> Quando a comunidade entende que a escola não é do diretor, professor e sim de todos, ela passa a abraçar sua causa. A aproximação escola-comunidade estreita os vínculos e transforma a escola em ambiente formador de cidadãos, aperfeiçoando o processo democrático. (ALVARENGA, 2000, p. 34).

Dessa forma, é preciso que a família entenda que sua participação ativa na escola é fundamental, uma vez que sua presença representa forte influência na melhoria na qualidade do ensino. Para tanto, é preciso que a família compreenda que a escola é de todos os envolvidos e que sua participação reforça o aprendizado do aluno. Cabe, portanto, a escola informar a comunidade de maneira transparente sobre o que acontece no contexto escolar, fazendo-a entender que ela também faz parte da escola, e que a escola pode interceder também por ela em questões relacionadas à sua realidade social, quando ambas trabalham em parceria.

> Uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências. (MOLL, 2009, p. 31).

O bom funcionamento da instituição escolar depende da participação efetiva da comunidade e família, onde em um trabalho coletivo tomem decisões sobre as ações pedagógicas, uma vez que eles juntos é que fazem a escola. Cabe à escola promover o envolvimento de todos e manter entre ela e a família uma parceria permanente, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de cada envolvido, abrir espaço para o diálogo, visto que essa é a melhor maneira de se manter um bom relacionamento entre elas.

Segundo Resende (2013, p. 70),

> As atividades de parceria família-escola desenvolvidas no lar são de difícil controle pela escola e podem levar a avaliações injustas, da parte dos docentes. Isso ocorre porque muitas modalidades de esforços dos familiares podem permanecer invisíveis para os professores. É o caso dos pais que tentam ajudar os filhos em seus deveres sem terem formação suficiente ou mesmo sem instruções adequadas de como fazê-lo, não alcançando, portanto, os resultados esperados conforme as expectativas da escola.

Assim, a escola precisa conhecer os pais dos alunos, manter com eles um contato direto, a fim de ajudá-los e compreender os tipos de ajuda oferecidos por eles, considerando e respeitando a realidade de cada um, pois, muitos não atendem às expectativas da escola pelo fato de não terem preparo adequado, e a escola precisa ter conhecimento desses fatos, a fim de evitar eventuais conflitos, e não desgastar uma relação agradável com eles. “No que se refere às famílias, a eficácia do acompanhamento dos pais depende de diversos fatores, como idade do estudante, os recursos disponíveis, as estratégias utilizadas, o nível de habilidade do aluno e dos próprios pais”. (RESENDE, 2013, p.70).

Evidencia-se, nesse caso, que cada família tem sua própria realidade e que precisa ser considerada, pois são vários os fatores que influenciam a participação dos pais nas atividades escolares dos filhos. Entretanto, a aproximação entre escola e família é necessária, pois, ambas são fundamentais no processo de aprendizagem do aluno.

De acordo com Dessen e Polonia (2014a), embora a família seja vista como uma das causas do fracasso do aluno, a sua ajuda nas atividades escolares é fundamental.

> Um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola. Neste contexto, os recursos psicológicos, sociais, econômicos e culturais dos pais são aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano. (DESSEN e POLONIA, 2014a).

A família, nesse sentido, é a base da educação da criança, considerando que os primeiros contatos sociais da criança é com seus membros familiares, portanto, jamais será descartada sua contribuição para o desenvolvimento global da criança. Os aprendizados elaborados no contexto familiar irão ajudar o sujeito na sua inserção na sociedade. Assim, Dessen e Polonia (2014a) ressaltam que:

> A escola também tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo, mais especificamente na aquisição do saber culturalmente organizado e em suas áreas distintas de conhecimento. [...] a escola deve resgatar, além das disciplinas científicas, as noções de ação política e busca da cidadania e da construção de um mundo mais equitativo.

Afirma-se, portanto, que a escola também ocupa lugar importante na formação do sujeito, visto que essa instituição possibilita ao aluno a construção de saberes necessários à sua participação no meio social e de forma igualitária. Assim, conclui-se que escola e família são as principais instituições responsáveis pela formação do indivíduo para a vida.

Conforme Dessen e Poloni (2014a), as propostas pedagógicas devem ser instrumentos de trabalho com base nas experiências de vida do aluno, para tanto precisa-se do apoio familiar, a fim de que a escola possa ter informações necessárias sobre o aluno e sistematizar os conhecimentos, visando melhorar o mundo no qual ele está inserido.

Ainda segundo as referidas autoras, a escola em parceria com a família fortalece a ação educativa. Portanto, a escola deve priorizar não somente os conhecimentos científicos, mas também os saberes da vida, uma vez que escola e família são instituições imprescindíveis no rendimento escolar dos alunos.

4.3 Família e escola como fatores que influenciam no rendimento escolar dos alunos

Acredita-se que a família e escola em parceria são fortes influências no que diz respeito ao sucesso escolar dos alunos. É primordial, então, que elas juntas assumam o compromisso em articular trocas de informações. Todo esforço conjunto visa à qualidade de ensino do educando. Portanto, é importante e necessária a articulação da família e escola.

O apoio da família na escola dá suporte ao desenvolvimento integral do aluno. A corresponsabilidade leva o aluno a aumentar sua capacidade e competência. Considera-se o vínculo afetivo entre família e escola um elemento indispensável ao processo de ensino e aprendizagem.

> Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. (DESSEN e POLONIA, 2014b).

Em síntese, a relação afetiva entre pais e filhos é fator que ajuda a criança no seu desenvolvimento cognitivo e social de maneira agradável. Isto é, quando há entre os membros familiares uma relação harmoniosa e respeitosa, certamente repercute de forma positiva no aprendizado do aluno, uma vez que, quando a criança enfrenta problemas familiares, produz um resultado escolar irregular. “A insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais em relação à criança geram problemas de ajustamento e dificuldades de interação social”. (DESSEN e POLONIA, 2014b).

Constata-se que a boa relação família-escola sucede o sucesso da criança não apenas no social, mas também no contexto escolar. A escola e a família são colaboradoras do aprendizado do aluno. Por isso, a escola não deve trabalhar sozinha, é fundamental que a família se integre ao aprendizado de seus filhos, considerando que, na interação família e escola, a criança vai ampliando e construindo conhecimentos voltados para o exercício de sua cidadania. De acordo com Dessen e Polonia (2014b).

> As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social. Por exemplo, pais punitivos e coercitivos podem provocar em seus filhos comportamentos de insegurança, dificuldades de estabelecer e manter vínculos com outras crianças, além de problemas de risco social na escola e na vida adulta.

Nesse sentido, a família é um fator que tem forte influência na formação do sujeito, considerando que grande parte dos conhecimentos adquiridos por ele são construídos no ambiente familiar e transferidos para outras esferas sociais. Portanto, a família precisa ter cuidado em educar seus filhos, pois, um ato inadequado gera sérias consequências na formação da criança, deixando marcas para toda a vida. O mesmo acontece com a instituição escolar, pois, ela é permeada também por conflitos. Dessen e Polonia (2014b) ressaltam que:

> Sabe-se que a estrutura familiar tem forte impacto na permanência do aluno na escola, podendo evitar ou intensificar a evasão e a repetência escolar. A família exerce uma poderosa influência. Embora um sistema escolar transformador possa reverter esses aspectos negativos, faz-se necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, incluindo a família.

Nesse sentido, a família e escola são as principais instituições de formação do sujeito. Portanto, precisam estar integradas no sentido de ajudar o aluno a superar eventuais problemas de aprendizagem. É fundamental que a escola conheça bem seu aluno, sua família e sua realidade, a fim de relacionar esse contexto de vida do aluno

aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

> É necessário que a escola propicie aos pais oportunidades para que possam vir-se conscientizar da sua importância relativa ao processo de aprendizagem de seus filhos. Isso pode ocorrer por meio de palestras e cursos, disponibilizados nas próprias escolas, a fim de que os pais possam ter condições de corrigirem ações e/ou buscarem ajuda junto aos professores e profissionais qualificados, no sentido de buscarem soluções para eventuais problemas que não estejam ao alcance deles. (ASSIS, 2009, p. 9).

Faz-se necessário que a escola promova momentos que oportunizem a família a participar das ações escolares. Assim, reuniões, palestras e eventos são alternativas que propiciam essa aproximação. Vale ressaltar que é importante envolver os pais para que eles percebam que a escola é de todos.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipos de pesquisa

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Propôs-se explorar e analisar, através do levantamento de dados, como acontece o envolvimento da família na participação escolar. O interesse pelo tema surgiu por estudos e observações realizados durante o estágio que se realizou na Unidade Escolar Luz do Saber.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de livros, revistas e artigos com enfoque na pesquisa qualitativa. Para Martins Junior (2008, p. 133) o estudo qualitativo “é a descrição dos dados obtidos através de instrumentos de coletas de dados [...] consiste em buscar a compreensão particular daquilo que se está investigando [...]”.

De acordo com Martins Junior a pesquisa qualitativa atentar-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade sobre o tema estudado.

5.2 Universo e amostra

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Luz do Saber, no turno vespertino. A turma pesquisada é composta de 28 alunos. O questionário foi aplicado com supervisor, gestor, professor, pais e oito alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, o que facilitou a obtenção das informações sobre o tema trabalhado. Através destes profissionais, obteve-se um melhor entendimento acerca do tema pesquisado, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

O levantamento dos dados aconteceu através de aplicação de questionários compostos de pergunta abertas com o intuito de obter informações sobre a temática estudada, o que contribuiu para uma análise sobre os sujeitos da pesquisa de campo.

Na concepção de Ruiz (2011, p. 51) afirma que o questionário tem a vantagem de poder ser aplicado simultaneamente a um grande número de informantes; seu anonimato pode representar uma segunda vantagem muito apreciável sobre a entrevista. Deve apresentar todos os seus itens com a maior clareza, de tal sorte que o informante possa responder com precisão, sem ambiguidade. As questões devem ser bem articuladas. Os questionários visam compreender as percepções das temáticas estudadas, para obter informações coerentes para análises de dados.

6 DADOS GERAIS DA ESCOLA-CAMPO

No ano de 1980 foi criada a Escola Luz do saber, situada na Travessa Eurico Dutra, S/N onde funcionava em forma de barracão no local que hoje se encontra a Igreja Nossa Senhora de Aparecida.

A instituição escolar Nossa Senhora Aparecida funcionou nesse local acima citado durante dois anos. A professora que ministrava as aulas chamava-se Raimunda Monteiro da Silva, e era paga pela entidade filantrópica “Lions Club”.

O nome da referida instituição escolar foi escolhido pelo Padre Manuel dos Santos Neves adotando assim, o nome de Escola Nossa Senhora Aparecida. No dia 7 de abril de 1983, sob a lei orgânica n° 558 na administração do prefeito José da Costa Almeida, foi criado e construído o atual prédio situado na travessa Eurico Dutra que recebeu o nome de Maria Eutênia em homenagem a uma moradora que prestava serviço comunitário no bairro.

Na administração do prefeito José da Costa de Almeida, a escola possuía: 1 (uma) secretaria, 4 (quatro) salas de aulas, 2 (dois) banheiros e 1 (um) depósito; na administração do prefeito Magno Augusto Bacelar Nunes, a escola foi reformada e, no dia 29 de março de 2001, inaugurada com a seguinte estrutura física: 6 (seis) banheiros, 9 (nove) salas de aula, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) sala para TV e 1 (uma) quadra de esporte.

A Unidade Escolar Nossa Senhora Aparecida funciona em dois turnos: matutino e vespertino.

A escola é composta de 28 funcionários sendo: 1 (uma) diretora, 2 (dois) assistentes de direção, 1 (um) especialista em educação, 1 (uma) supervisora, 2 (duas) secretárias, 2 (duas) auxiliares de secretaria, 11 (onze) professores, sendo 7 (sete) com formação em Pedagogia e 3 (três) estão cursando o ensino superior.

Quanto ao grau de escolaridade dos que compõem o quadro de funcionários desta escola, cita-se: a diretora e 1 (uma) assistente de direção têm formação superior em Pedagogia e outra assistente de direção está cursando Pedagogia; dos 2 (dois) auxiliares de secretaria, 1 (um) tem formação superior em Pedagogia e a outro assistente concluiu o ensino médio na modalidade normal; dos 7 (sete) zeladores: 6 (seis) possuem o ensino médio e 1 (um) é alfabetizado. Dos 3 (três) vigias, todos possuem o ensino médio.

A escola atende crianças vindas da periferia e bairros da cidade de um

conjunto de famílias diferenciadas, mas a maioria é beneficiada pelo Programa Bolsa-Família. A escola fica em um ponto de referência de fácil localização que contribui para as crianças ficarem próximas de sua residência.

A escola é importante para a comunidade local, pois os estudantes demonstram gostar muito do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido, das aulas dadas. A maioria dos alunos é filho de lavradores, funcionários públicos e domésticas. Alguns alunos vivem somente com os avos, e/ou padrinhos, são crianças cheia de potencialidades e aspirações, a grande maioria não realiza as atividades didáticas em casa, por falta de acompanhamento dos pais ou responsáveis.

7 ANÁLISE DA ESCOLA PESQUISADA

Antes mesmo de se analisar o que pensam os entrevistados sobre a relação família e escola, faz-se necessário compreender quem são eles, ou seja, conhecer o perfil do gestor, supervisor, professor, alunos e pais de alunos. Quanto à gestora, ela atua nessa escola há 6 (seis) meses e é formada em Pedagogia. A professora atua nessa escola há 12 (doze) anos e tem formação em Pedagogia. Em relação à supervisora, ela trabalha nessa instituição há 4 (quatro) anos e é Licenciada em Pedagogia.

Por questões éticas, os entrevistados não serão identificados por seus nomes. Serão identificados como gestor, supervisor e professor. Quanto às mães serão identificadas da seguinte forma: mãe “A”, mãe, “B” e mãe, “C”. E, quanto aos alunos, aluno. “A”, aluno “B” e aluno “C”.

Ao serem questionados sobre a importância da participação da família na escola, obteve-se as seguintes respostas:

> ***Gestor.*** *É muito importante, mas a maioria dos pais não gosta de participar.*
> ***Supervisor.*** *É muito importante, pois estimula o aluno na aprendizagem.*
> ***Professor.*** *É fundamental, pois ajuda muito o aluno quanto ao nosso trabalho.*
> ***Mãe “A”.*** *É importante.*
> ***Mãe “B”.*** *Muito importante.*
> ***Mãe “C”.*** *É importante porque incentiva o aluno.*
> ***Aluno “A”.*** *Porque o aluno precisa de acompanhamento.*
> ***Aluno “B”.*** *Porque o aluno precisa da ajuda dos pais.*
> ***Aluno “C”.*** *Bom porque ajuda no aprendizado.*
> ***Aluno “D”.*** *Bom porque ajuda no aprendizado.*
> ***Aluno ”E”.*** *Bom.*
> ***Aluno “F”.*** *Ajuda no aprendizado.*
> ***Aluno “G”.*** *Os pais precisam ajudar os filhos.*
> ***Aluno “H”.*** *Porque é importante.*
> ***Aluno ”I”.*** *Porque é uma maneira de ajudar no aprendizado.*
> ***Aluno ”J”.*** *Para ajudar no aprendizado.*

Percebe-se que todos os entrevistados reconhecem a importância da participação da família na escola, o que se aproxima das orientações de Miguel e Braga (2014),

> É importante a família ser um suporte para as necessidades das crianças e dos adolescentes, sendo que esse suporte deve acontecer também com o processo de aprendizagem escolar. O sucesso no processo de aprendizagem escolar depende de alguns elementos considerados fundamentais: a organização do espaço físico, a disponibilidade de materiais educacionais, além do envolvimento no processo de desenvolvimento dos filhos.

Desse modo, é preciso que a família cumpra seu papel e se faça presente no processo educativo de seus filhos, considerando que sua interferência, nesse processo de aprendizagem, estimula o aluno ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Questionamento feito ao gestor, supervisor, professor e mães sobre a relação família e escola.

> ***Gestor.*** *Boa, a escola procura envolver os pais nas atividades escolares.*
>
> ***Supervisor****. Boa, mas tem muitos pais que ainda se mantêm distantes da escola.*
>
> ***Professor.*** *Boa, mas precisa ser melhorada, pois, ainda existem muitos pais que se mantêm afastados da escola.*
>
> ***Mãe "A".*** *Eu só participo quando eles convidam para reuniões ou festas.*
>
> ***Mãe "B".*** *Boa.*
>
> ***Mãe "C".*** *Eu não converso muito com as pessoas da escola.*

Quanto às respostas dadas pela gestora, a supervisora e a professora, a escola procura ter uma boa relação com a família dos alunos. Quanto aos pais, somente uma mãe falou ter uma boa relação com a escola de seu filho, e apenas uma participa de reuniões, porém, só vai à escola quando é chamada, e a outra tem pouca ligação com a instituição escolar de seu filho. Assim, constata-se que alguns pais não valorizam essa aproximação da escola e família. Entretanto, a escola precisa desenvolver ações que aproximem a família, evitando chamar os pais somente em reuniões, considerando que eles precisam se fazer presentes em todas as decisões pedagógicas da instituição escolar.

Sabe-se que, o estreitamento entre ambas as instituições é fundamental para o sucesso escolar dos alunos. De acordo com Miguel e Braga (2014), "a escola pode colaborar com as famílias, orientando-as sobre a necessidade de dedicar cuidados à educação dos filhos e auxiliando nas tarefas escolares." Segundo Yaegashi (2007) tanto a escola quanto a família deveriam tentar mudanças que lhes permitissem responder adequadamente, no sentido de ajudar a criança, evitando maiores dificuldades e situações de estresses.

Nesse sentido, a escola precisa conscientizar a família, informando da

importância de sua participação na escola, ressaltando que seu auxílio nas atividades escolares é fundamental, para que seu filho desenvolva suas capacidades cognitivas, sociais e emocionais.

Ao serem indagados sobre a responsabilidade de educar o aluno, obteve-se as seguintes respostas da gestora, supervisora, professora e pais:

> ***Gestor.*** *A responsabilidade é da escola e da família.*
> ***Supervisor.*** *A responsabilidade é tanto de uma quanto da outra.*
> ***Professor.*** *A responsabilidade é de todos, escola e família.*
> ***Mãe "A".*** *A responsabilidade de educar o aluno é da escola.*
> ***Mãe "B".*** *Eu acho que é da escola.*
> ***Mãe "C".*** *Da escola.*

Os profissionais da educação foram unânimes na resposta que a responsabilidade de educar o aluno é de ambas as instituições. Portanto, faz-se necessário à escola informar aos pais que é responsabilidade da família e da escola educar a criança. Quanto às mães, elas responderam que esta responsabilidade é da escola.

Pode-se depreender que essa afirmação faz parte da conjuntura sócio-educacional que as famílias estão vivendo. A sociedade globalizada atribui muitas responsabilidades à família, ao mesmo tempo em que eres responsabiliza-à ou outras fundamentais como a educação e a convivência familiar entre outros.

De acordo com Miguel e Braga (2014),

> A união da escola e da família resultará num processo ensino-aprendizagem com maiores condições de obtenção de sucesso. Essas duas entidades socialmente construídas precisam e devem estar conscientes do seu papel, devendo ser participantes do processo de desenvolvimento dos alunos/filhos, de modo que eles sejam autônomos e críticos para agir na sociedade.

A escola e a família precisam compartilhar a responsabilidade de educar o aluno, uma vez que a escola sozinha é incapaz de desenvolver um trabalho satisfatório, para tanto, a família precisa se conscientizar desse envolvimento entre elas como necessário à formação integral do sujeito.

Quando questionados sobre a ajuda dos pais nas tarefas escolares, os alunos responderam:

Aluno "A". *Às vezes.*

Aluno "B". *Às vezes.*

Aluno "C". *Às vezes.*

Aluno "D". *Às vezes.*

Aluno "E". *Sim.*

Aluno "F". *Sim.*

Aluno "G". *Às vezes.*

Aluno "H". *Sim.*

Aluno "I". *Quando tem tempo.*

Aluno "J". *Sim.*

Percebe-se que nem sempre os pais acompanham seus filhos nas atividades escolares, porém deve-se também considerar alguns fatores que podem impedir os pais de ajudar seus filhos. Alguns não têm conhecimentos necessários ao ponto de ajudá-los, portanto, a escola antes de cobrar essa ajuda precisa conhecer bem sua clientela, com projetos que contemplem lição de casa e alfabetização dos pais. A maioria das escolas não oferece projetos que ajudariam a família no desenvolvimento escolar dos filhos. Para Dessen e Polonia (2014b),

> Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Dessa forma, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola.

Nesse sentido, a escola precisa considerar o meio em que o aluno está inserido, fazer inserções na família para criar um serviço que favoreça os vínculos e mecanismos para que eles sejam permanentes.

Os alunos, quando questionados sobre sua relação com sua família, assim responderam:

Aluno "A". *Boa.*

Aluno "B". *Boa.*

Aluno "C". *Boa.*

Aluno "D". *Boa.*

Aluno "E". *Boa.*

Aluno "F". *Boa.*

Aluno "G". *Boa.*

Aluno "H". *Boa.*

Aluno "I". *Boa.*

Aluno "J". *Boa.*

Constata-se que os alunos se relacionam bem com suas famílias. Pelas observações e questionamentos feitos a eles, pode-se constatar que alguns têm

carência de afeto por parte dos pais. Os alunos demonstram que a relação com os pais “é boa”, mas que poderia ser melhor, pois muitos deles não tem a presença familiar.

Assim, de acordo com Dessen e Polonia (2014b): “Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social”. É papel da família enquanto a primeira instituição social da criança manter uma relação harmoniosa entre seus membros.

Ao serem interrogadas sobre que atitudes tomam, quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, a gestora, a supervisora, a professora e as mães responderam:

> ***Gestor.*** *Chamamos a família para conversar e peço a ela para ajudar seu filho.*
>
> ***Supervisor.*** *Procuro dar apoio ao corpo docente e ao aluno e converso também com a família.*
>
> ***Professor.*** *Quando eu sozinha não consigo resolver, peço ajuda aos pais e a supervisora.*
>
> ***Mãe “A”.*** *Quando eu sei os deveres, eu ajudo.*
>
> ***Mãe “B”.*** *Às vezes eu ajudo.*
>
> ***Mãe “C”.*** *Às vezes eu ajudo.*

Observa-se que, quanto aos profissionais da instituição pesquisada, eles demonstram ter preocupação em superar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Em relação à família, mesmo ela demonstrando interesse em ajudar seus filhos, verifica-se que nem sempre isso é possível. Assim, mais uma vez reforça-se a questão da escola conhecer bem seus alunos e seus familiares, pois, na maioria das vezes, eles não ajudam, porque não entendem o assunto. Por sua vez, a direção da escola não se preocupa com esse problema, deixando a cargo da família a tarefa de ajudar seus filhos. Ou seja, a escola não se sente implicada com essa tarefa.

Segundo Dessen e Polonia (2014b), “No tocante à colaboração escola-família, é importante enfatizar a necessidade de estruturar atividades apropriadas à série do aluno, particularmente em se tratando da participação dos pais no seu acompanhamento”. Dessa forma, a escola deve respeitar o nível de escolaridade da família, em relação ao acompanhamento das tarefas de casa, uma vez que, às vezes,

deixam de ajudar pelo fato de não ter conhecimentos necessário. Muitos pais não tiveram a oportunidade de estudar, mas vale ressaltar que esses pais podem e devem ajudar na educação de seus filhos, incentivando-os a estudar.

Em relação à sua participação nas atividades oferecidas pela escola, os alunos afirmaram:

Aluno "A". *Nem sempre.*
Aluno "B". *Às vezes.*
Aluno "C". *Às vezes.*
Aluno "D". *Às vezes.*
Aluno "E". *Às vezes.*
Aluno "F". *Nem sempre.*
Aluno "G". *Quando gosto das atividades, participo.*
Aluno "H". *Só quando gosto.*
Aluno "I". *Só quando gosto.*
Aluno "J". *Às vezes.*

Observa-se que os alunos pouco participam das atividades desenvolvidas no contexto escolar. Por essa razão, a escola precisa utilizar metodologias que estimulem o aluno a participar ativamente das atividades escolares. Para tanto, é importante que as atividades sejam atraentes e motivadoras. Constatou-se também que são poucas as atividades oferecidas aos alunos, o que, de certa forma, provoca desestímulo nos alunos para sua presença na escola.

Segundo Dessen e Polonia (2014b), "A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores". Nesse sentido, cabe a escola criar condições de aprendizagem em que o aluno se sinta motivado a participar ativamente. Quando indagados sobre sua participação nas atividades propostas pelo professor, os alunos responderam:

Aluno "A". *Quando a aula é interessante, eu participo.*
Aluno "B". *Nem sempre participo.*
Aluno "C". *Às vezes.*
Aluno "D". *Às vezes.*
Aluno "E". *Se a aula estiver interessante.*
Aluno "F". *Às vezes.*
Aluno "G". *Às vezes.*
Aluno "H". *Só quando a aula é interessante.*
Aluno "I". *Só quando o assunto é bom.*

Aluno "J". *Às vezes.*

Constata-se que, nas atividades desenvolvidas na escola, pelo fato de não se sentirem motivados, ou seja, só não participam, quando as atividades não lhe são interessantes. De acordo com Dessen e Polonia (2014b), "o uso de estratégias deve ser adaptado às realidades distintas dos alunos". Assim, a escola precisa desenvolver atividades, conforme os interesses dos alunos, a fim de que a aprendizagem seja significativa.

Os alunos, quando questionados sobre como avaliam a escola em que estudam, afirmaram:

Aluno "A". *Regular.*
Aluno "B". *Regular.*
Aluno "C". *Bom.*
Aluno "D". *Bom.*
Aluno "E". *Bom.*
Aluno "F". *Bom.*
Aluno "G". *Regular.*
Aluno "H". *Bom.*
Aluno "I". *Bom.*
Aluno "J". *Bom.*

Observa-se que os alunos não estão totalmente satisfeitos com a oferta de atendimento oferecido pela escola na qual estuda. O que exige que o corpo docente trabalhe em conjunto para desenvolver atividades educativas que sejam de interesse dos alunos. Assim, conforme Bonadiman (2009, p.3), "é necessário que os professores avaliem a influência tanto de suas concepções quanto de suas práticas e o papel representado pelo discurso pedagógico que predomina em suas escolas sobre o desempenho de seus estudantes".

Portanto, o professor precisa avaliar sua prática pedagógica, a fim de melhorá-las e atingir o objetivo proposto que é a aprendizagem do aluno. A indagação feita permite perceber certo distanciamento das crianças e jovens com relação à escola. Ela tem se mostrado um ambiente pouco atraente a esse público. Some-se a isto a falta ou incentivo da família e ao pouco valor dado à escolarização como fonte de conquista de melhorias nas condições de vida.

Ao questionar a gestora, a supervisora e a professora sobre o que a escola faz para atrair a participação dos pais para a escola, obteve-se as seguintes respostas:

Gestor "A". *Reuniões, festas comemorativas e palestras.*
Supervisor "B". *Reuniões, eventos e palestras.*
Professor "C". *Reuniões, festas e palestras.*

Percebe-se que a escola tenta atrair os pais para participar de algumas atividades desenvolvidas pela escola, uma vez que a instituição precisa envolver a família também nas tomadas de decisões e na elaboração do PPP, sem mencionar que há também outras atividades importantes, como projetos de interação para envolver a família e comunidade como um todo.

Para Nunes (apud SILVA, 2012, p. 5), "a família não deixa de ser uma peça fundamental na educação". O que comprova a importância da participação da família na escola.

Ao se indagarem a gestora, supervisora, professora e família sobre se os pais são convidados para a elaboração do PPP e colegiado escolar, as respostas obtidas foram as seguintes:

Gestor. *Sim.*
Supervisor. *Sim.*
Professor. *Sim.*
Mãe "A". *Não.*
Mãe "B". *Não lembro.*
Mãe "C". *Sim.*

A gestora, a supervisora e a professora afirmam que convidam os pais para participar da elaboração do PPP e do colegiado escolar. Contudo, observou-se que há uma contradição nas respostas, uma vez que a primeira mãe diz não foi convidada, a segunda diz não lembrar e a terceira diz que sim, que já foi convidada.

Portanto, faz-se necessário que a escola crie melhores alternativas de envolver a família em suas ações, considerando que é fundamental sua participação em todas as atividades realizadas na escola. Ao se observar que a maioria dos pais não sabe o que é PPP, e que o PPP deve ser construído entre pais, professores, gestores e a comunidade da qual participam, constata-se que a participação deles praticamente é inexistente.

De acordo com Luck (2006), a escola precisa garantir a participação da família na escola. "Mobilizar a comunidade para participar de um movimento pela melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos seus alunos, conscientizando-a da importância efetiva de sua participação na escola". (LUCK, 2006, p. 68). Portanto, é papel da escola criar estratégias, para que possa envolver a participação da família

na escola.

A partir das análises dos dados coletados na pesquisa, pôde-se observar que os profissionais de educação entrevistados, embora reconheçam a importância da participação da família na escola, ainda precisam refletir sobre sua prática pedagógica. Eles precisam buscar estratégias mais apropriadas sobre como atrair os pais para a escola e como atrair os alunos para participar mais ativamente nas ações da escola.

Verifica-se, portanto, que as ações desenvolvidas nesta escola precisam ser mais intensificadas quanto à participação da família. Pois, segundo Luck (2006), a escola precisa promover a participação dos pais na vida escolar das crianças.

8 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo apresentar um estudo sobre a relação família e escola na Escola Luz do Saber e através dele refletir acerca da importância dessa relação no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Acredita-se que a boa relação família e escola influência de forma bastante significativa no desenvolvimento integral do sujeito, porém, observou-se que há uma grande carência quanto à participação da família na escola. Acredita-se que a ação conjunta da escola e a família oportuniza a criança desenvolver suas potencialidades e construir conhecimentos que lhes serão importantes durante toda sua vida. E, para que essa aprendizagem ocorra, é fundamental que a escola desenvolva, em seu espaço, atividades diversificadas e atraentes que envolva a família, a fim de assegurar ao aluno um aprendizado satisfatório.

Constatou-se, segundo os sujeitos abordados na pesquisa, que a escola e a família precisam se aproximar mais uma da outra, com o intuito de contribuir com a formação crítica do aluno. Constatou-se, ainda, que a parceria escola e família é um excelente fator para conduzir o aluno ao conhecimento de maneira agradável, mas para isso é necessário que as duas instituições se disponham a ajudar o aluno em sua aprendizagem.

Sabe-se que a investigação não se encerra aqui e nem a questão foi explorada em sua plenitude, pois os objetos de pesquisa podem ser revistados e se desdobrar em novos estudos. Entretanto, diante do esforço que se empreendeu, espera-se que este trabalho possa servir de instrumento e de estímulo para uma reflexão crítica dos agentes educacionais da referida instituição, assim também como da família acerca do trabalho conjunto entre elas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ALVARENGA, Francisca Cristina. Comunidade é a melhor parceria. **Revista TV Escola**. Brasília: MEC, n. 20, p. 34, Agost./Set., 2000.

ASSIS, Alice; LUCA, Vagner Alves de. **A influência dos pais na aprendizagem das crianças father'sinfluenceonchildren'slearning.** Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/teorprateduc/article/view/13972/7661>. Acesso em: 12 de jan. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n: 9.394.de 20.12.1996. (Lei Darcy Ribeiro) –plano nacional de educação: LEI. 172 de 10 de janeiro de 2001e legislação correlata e complementar/supervisão editorial Jair Lat. Vieira/5 ed. Revista –atualizada ampliada- São Paulo: edpro. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, 2005.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora, POLONIA, Ana da Costa. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola: relações família-escola.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572005000200012&script=sci_arttext>. Acesso em 4 de maio de 2014a.

_____. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2014b.

FACO, Vanessa Marques Gibran; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Conceito de família**: adolescente de zonas rural e urbano. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 30 de Jan. 2014.

FERNANDES, Jacinta Gomes. **União homoafetiva como entidade familiar:** reconhecimento no ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: < http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_famil/uniao_homoafetiva_como_entidade_familiar.pdf>. Acesso em: 23 de mar. de 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4

ed., Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal.** Disponível em: www.virtual.ufc.br/.../Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2014.

GENTILE, Paola. Escola e família: todos aprendem em parceria. **Revista nova escola.** Ano XXI, n. 193. jun/jul. 2006.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Inácio. A cidade como projeto educativo. **Revista nova escola.** Porto Alegre, RS. ano XIII, n. 51 ago/out. 2009.

GOHN, Maria da gloria Marcondes. **Lutas e movimentos pela educação no Brasil.** Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccosv11n1_2a1535.pdf>. Acesso em: 12 de jan. de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos**. Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democrático de gestão educacional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalho de conclusão de Curso:** instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

MIGUEL, Lucia Oliveira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maio. **A importância da participação das famílias dos alunos no processo de aprendizagem, visando o sucesso escolar**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducaça.pr.gov.br/portal/pde/arquivos/2272-6.pdf>. Acesso em 14 de jun. de 2014.

MOLL,Jaqueline (org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, SECAD, 2009.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Comunidade é a melhor parceria. **Revista TV escola**. n. 20 agost/set. 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a história da educação popular no Brasil:** em busca de um outro mundo possível. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 1024.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léo das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 4 ed. São Paulo: cortez, 2010

PONTES, Ana Maria. A relação da escola com a comunidade facilita muito o processo de ensino e aprendizagem. **Revista TV escola**. Brasília, DF, n. 20 agost/set. 2000.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário prático de pedagogia.** São Paulo: Rideel, 2003.

RAMOS, Alyson Thiago Almeida; Ramos, Edina Sousa. Os desafios da família nos processos de socialização escolar. **Revista pátio**. ano XIII. n. 52, nov/jan. 2010.

RESENDE, Tania F. Dever de casa. **Revista presença pedagógica**. Belo Horizonte, MG, v. 19, n. 109. jan/fev. 2013.

REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceira que da certo. **Revista Mundo Jovem**, Porto Alegre. Ano. 45, n. 373. p. 6, fevereiro, 2007.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia cientifica:** guia para eficiência nos estudos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SALVADOR, Cesar Coll, et al. **Psicologia da educação**. Porto alegre: Artmed, 1999.

SZYMASKI, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Plano editora, 2001.

SANTOS, José Douglas Alves dos; MELO, AíshaKaderrah Dantas; LUCIMI, Marizete. **Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000):** implicações contemporâneas. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2014.

SEMED. **Projeto Político Pedagógico.** Secretaria Municipal de Educação. Chapadinha-MA, 2006.

SOUZA, Alinne Bianca Lima; BELEZA, Carla Moreira Mirna; ANDRADE, Roberta Ferreira. **Coelho de Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família**: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas Disponivél em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCoQFjAB&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unifap.br%2Findex.php%2Fpracs%2Farti cle%2Fdownload%2F577%2F429&ei=bVjQU-vAAa3KsQTko4DoBA&usg=AFQjCNE0_VLA3wfGFGh7WJ2ownk8VjzRuA&sig2=ZzSfZyDB3SMKZY6S0REb9w&cad=rjt>. Acesso em: 23 de jan. 2014.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos Morgana; SANTOS, Morgana Sales da Costa. **Família monoparental brasileira**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf> Acesso em: 23 de Jul. de 2014.

SOUZA, Neuza Maria Marques (org.). **Historia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário para gestores

1- A escola procura desenvolver atividade pedagógicas com a família em conjunto com a família? De que maneira?

2- Qual é a relação de parceria entre família, gestor e professor no ambiente escolar?

3- A família participa do desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola?

4- Qual a postura da escola diante de eventuais problemas que surgem com relação aos alunos?

5-Você está satisfeita com a participação dos pais na escola?

APÊNDICE B Questionário para professores

1- Como acontece a participação da família nas reuniões da escola?.

2- De que maneira a família contribui no processo de ensino aprendizagem dos alunos?

3- O que a escola promove para que haja a participação da comunidade nas atividades escolares?

4- Você considera importante a participação da família na escola? Justifique.

APÊNDICE C Questionário para os pais

1- O que você acha do trabalho pedagógico desenvolvido na escola do seu filho? Por quê?

2- Você considera importante a participação da família na escola? Por quê?

3- Em sua opinião a escola trabalha de acordo com as necessidades educacionais do aluno? Por quê?

4- O que a escola faz para incentivar os pais nas atividades escolares?

5: Existe algum aspecto negativo na escola que desfavorece a educação de seu filho?.

6: Você acompanha aprendizagem de seu filho na escola? De que maneira?.

7: Você acha que a relação família/escola contribui para a educação de seu filho? Por quê?.